



Conselho Florestal Federal: um parecer de sua configuração institucional (1934-1967)

Filipe Oliveira da Silva ¹

*“Muito errado estará quem supuser que o corte das madeiras e a conservação das florestas exprimem ideias opostas, atos antagônicos quando são duas coisas perfeitamente conciliáveis.”
(SOUTO; PORTO; LÖFGREN, 1917, p.18)*

Publicado em 1917, sob o desgaste da Primeira Guerra Mundial, o fragmento em epígrafe constituiu uma diretriz para a política florestal brasileira na primeira metade do século XX. Conciliar os interesses da indústria e comércio das madeiras com a proteção às florestas estavam na ordem do dia para esta geração. As respostas dessa articulação sedimentavam-se sob as bases da ciência como o meio de aproveitamento racional dos recursos naturais. A própria intenção de conjugar indústria madeireira, comércio e ciência são justapostos à tríade autoral desta obra composta pelo engenheiro e industrial ramos de fósforos Luís Rafael Vieira Souto, o agrônomo da Associação Comercial do Amazonas Hannibal Porto e o botânico da Inspetoria de Obras contra as Secas Alberto Löfgren.

O presente trabalho, entretanto, não analisa os paratextos editoriais desta obra ou sequer visa se debruçar sobre os seus autores. Retemos apenas o pressuposto básico dela: a necessidade de compatibilizar desenvolvimentismo e proteção à natureza. Com este desafio, o Estado brasileiro criou diversos espaços institucionais, dentre eles o Conselho Florestal Federal (CFF). Permeiar sua trajetória no período compreendido entre 1934 e 1967, ou seja, durante os trinta e três anos de administração desta arena de negociação de interesses públicos referentes à conservação da natureza consiste no principal objetivo das linhas que se seguem.

Para tanto, estruturamos esta narrativa em três momentos: primeiramente, inscrevemos o conselho em seu período de institucionalização que valoriza o nacionalismo econômico bem como é envolto por um processo de hipertrofia do Estado. Em seguida, realizamos um estudo sobre a organização do conselho no que tange aos seus objetivos e membros a ele vinculados. Por último, construímos uma perspectiva diacrônica das quatro gestões do conselho, na tentativa de analisar, sumariamente, a coerência e especificidades de suas fases.

¹ Mestrando em História pela Universidade Federal Fluminense, bolsista financiado pelo CNPq e sob orientação da professora Dra. Juniele Rabêlo de Almeida.

Conselho Florestal Federal: um parecer de sua configuração institucional (1934-1967)

Filipe Oliveira da Silva

NATUREZA E NACIONALISMO ECONÔMICO

Com o liberalismo vigente na constituição de 1891, o Estado na Primeira República pouco intervinha na regulamentação das atividades florestais. Isso não significava a ausência de críticas a este modelo de exploração do meio natural. Gradualmente, a natureza tornou-se pelos intelectuais um *patrimônio* da nação brasileira e, por esse motivo, digna de leis que a protegesse. Na Câmara, na imprensa e em instituições científicas e literárias ressoavam-se vozes que buscavam formular códigos florestais que limitassem essas práticas econômicas. Dentre as ações estatais do período, constata-se a criação do Serviço Florestal do Brasil em 1921.

No entanto, é com a criação do código florestal, decretado em 1934, que se efetiva uma política com maior ressonância para a questão. Esta legislação, estava no bojo de outras, tais como as leis de fiscalização das expedições artísticas e científicas do Brasil (1933) e de proteção aos animais (1934), além dos códigos das águas (1934), de minas (1934), bem como de caça e pesca (1934). Todas essas normas foram, definitivamente, aprovadas durante o governo provisório, ou seja, eram sintomas dos deslocamentos do poder oligárquico de 1930. Traziam, em linhas gerais, três pressupostos: uma crítica tenaz ao liberalismo, uma identificação da natureza como patrimônio nacional e a centralização do Estado como agente planejador da economia. (FRANCO; DRUMMOND, 2009; DUARTE, 2010.)

Sendo assim, é durante o governo Vargas que se instauraram no Brasil legislações mais profundas e especializadas no tocante à natureza. Esses debates, que já vinham sendo processados ao longo da Primeira República, ganharam forma de lei e demandaram a expansão dos aparelhos burocráticos do Estado para tratar estas questões. Construiu-se, portanto, nesse período uma arquitetura institucional que comportasse novas agências, conselhos, órgãos, serviços, institutos, departamentos, comissões especiais e ministérios (BASTOS; FONSECA, 2012). Fruto deste processo centralizador de “hipertrofia do Estado”, surgiu o Conselho Florestal Federal no centésimo primeiro artigo do código florestal.

Diferentemente de outros conselhos revisitados pela historiografia, o CFF foi silenciado. Este lugar marginal que ocupa, aliás, está articulado ao próprio pensamento social acerca da agência da natureza no processo histórico. Com o desenvolvimento da história ambiental, este conselho tem sido digno de nota em trabalhos recentes. Não possuem, contudo, um esforço sistemático em observá-lo em seu conjunto de ações e sua configuração institucional. Nosso

Conselho Florestal Federal: um parecer de sua configuração institucional (1934-1967)

Filipe Oliveira da Silva

breve estudo, porém, não esgota as possibilidades de análise, pois demanda um exercício coletivo de reflexão acerca de sua atuação.

UM CONSELHO ÀS MATAS

A criação de um órgão consultivo dedicado às matas não era algo exclusivo do Brasil. O país acompanhava o compasso internacional de mudanças administrativas na política florestal. Na Finlândia, por exemplo, em lei decretada no dia 11 de maio de 1928, foram criadas as “Repartições Distritais de Florestas” que eram compostas por três a cinco membros. A França, por sua vez, tinha um “Corpo Florestal” com técnicos da Escola Florestal de Nancy. Na Inglaterra, o *Forestry Commission* já tinha sido organizado desde 1919 com as necessidades de madeira na Primeira Guerra, através do *Forestry Act*. (PEREIRA, 1950, p.441-442)

De acordo com capítulo VIII do decreto 23.793/34 brasileiro, que prevê quatro artigos sobre o Conselho, ele deveria ser representado pelas seguintes instituições: Museu Nacional, Jardim Botânico, Universidade do Rio de Janeiro, Serviço de Fomento Agrícola, *Touring Club* do Brasil, Departamento Nacional de Estradas, Serviço de Florestas ou de Matas da Municipalidade do Distrito Federal e por até cinco pessoas especialistas nomeadas pelo presidente da República (BRASIL 1934). Dessa definição, foram convocados:

Instituição	Representantes
<i>Touring Club</i> do Brasil	Octávio Guinle
Diretoria do Fomento Agrícola	Adrião Caminha Filho Paulo Ferreira de Souza
Universidade do Rio de Janeiro	Ruy de Lima e Silva
Instituto de Biologia Vegetal (Jardim Botânico)	Paulo Campos Porto
Museu Nacional	Alberto José de Sampaio
Diretoria de Matas, Jardins e Agricultura da Municipalidade do Distrito Federal	Mileto Álvares de Souza Coutinho
Inspetoria Federal de Estradas	José Palhano de Jesus
Outros	Paulo Accioly de Sá José Mariano Filho Edmundo Navarro de Andrade Augusto de Lima Levi Carneiro

(NOMEADOS os membros do Conselho Florestal Federal. *Correio da Manhã*, 13/03/1934, p.3)

Ao que tudo indica, o único a recusar o convite foi o engenheiro Paulo de Sá. Além dele,

Conselho Florestal Federal: um parecer de sua configuração institucional (1934-1967)

Filipe Oliveira da Silva

não tomou posse Augusto de Lima, devido ao seu falecimento por uma cirurgia mal sucedida. Em seus lugares foram nomeados dois outros nomes no mês seguinte; o consultor jurídico do Ministério da agricultura Luciano Pereira da Silva e o técnico agrônomo do Horto Florestal do Distrito Federal Humberto Gottuzo. Os primeiros anos ainda tiveram outros reajustes no corpo de conselheiros. Em janeiro de 1935, o conselho teve mais uma baixa com a exoneração de Ruy de Lima e Silva, que retornou no ano seguinte. Em seu lugar, foi nomeado o professor da Faculdade de Odontologia Abelardo Arruda de Brito. Em 1936, vale destacar foram dispensados o educador e jurista Levi Carneiro, além do agrônomo Navarro de Andrade. (APÊNDICE A)

Como percebemos pela composição institucional, o conselho convergia os interesses do turismo, de centros científicos, das estradas de ferro e da jurisprudência. As suas próprias atribuições indicavam esse arranjo de percepções sobre como a natureza deveria ser gerida. Por meio das funções previstas no código de 1934, denota-se que tinha a finalidade, primordialmente, de natureza pedagógica, inculcando a designada “mentalidade florestal”. Para isso, deveria contribuir na organização de premiações, festividades e congressos científicos. Todavia, também era seu papel estimular, entre os organismos públicos e privados, medidas conservacionistas, bem como emitir pareceres técnicos acerca de projetos que se utilizasse das florestas.

Os encontros se davam em torno de duas a três sessões no mês e cada qual era, minuciosamente, descrita no livro de atas. Em geral, iniciavam com a aprovação da ata da sessão anterior redigidas pelo secretário e assinadas pelo presidente. Apresentavam, posteriormente, por intermédio de leituras em voz alta, as pautas do dia. Em geral, referiam-se às impressões de viagens técnicas realizadas, leituras de correspondências ou telegramas enviados ao órgão, proposições dos conselheiros, além de indicações de relatórios ou periódicos a serem publicados e distribuídos pelo organismo. Por último, eram delegadas funções a cada um dos conselheiros para resolver as questões específicas.

Não era inusitado, contudo, a presença de figuras políticas nas sessões, dentre os quais destacamos os prefeitos do Distrito Federal. Vale ressaltar que este local polarizava as atenções, isto é, havia uma preocupação central nas questões atinentes aos cariocas. Segundo dados oficiais do ministro da agricultura Apolônio Sales, até 1945 a instituição tinha realizado 370 reuniões. Ademais, “estudou e emitiu pareceres em 194 processos; foram autuados em sua secretaria um total de 1.551 processos. Expediu 3.448 ofícios e 45 telegramas. Distribuiu cerca de 20.000 folhetos e cartazes referentes à educação florestal” (SALES, 1945, p.242):

Em se tratando de relatórios construídos pelos próprios agentes de Estado, que possuíam a tentativa de reforçar a imagem de um órgão atuante no planejamento econômico, é preciso tomar algumas precauções. Ou seja, é importante analisar as críticas que se faziam às reuniões do

Conselho Florestal Federal: um parecer de sua configuração institucional (1934-1967)

Filipe Oliveira da Silva

conselho e a ação efetiva dele no espectro social. Dentre os intelectuais mais ácidos destacamos Eugênio D'Alessandro. Segundo ele, era uma instituição ineficaz constituída por “cardeais florestais”, os quais, no caso dos conselhos estaduais, tinham cargos honorários e reuniões “sem responsabilidade, sem remuneração, quase todos, conversas fiadas e de bate papo, somente” (D'ALESSANDRO, 1947, p.39.).

Diferentemente dos conselhos estaduais que variavam entre a (in)existência da remuneração, o CFF tinha uma gratificação aos seus conselheiros que era retirada do tesouro público². Segundo o decreto-lei instituído com número 1.855 de 9 de dezembro de 1939, seriam concedidos 100\$000 (cem mil réis) para cada sessão, não podendo exceder o triplo deste valor (BRASIL, 1939). No mesmo decreto foi criada a função de secretário da instituição, sendo nomeado, de imediato, Alexandre de Araújo Góes.

Em relação à bonificação, esta proposta, ainda quando estava sob negociação, não foi aceita pelo conselheiro José Palhano de Jesus. Segundo o técnico, este ofício de conselheiro era entendido como uma função *patriótica* que não requeria gratificações ou lucros em recompensação. Imbuindo-se de um “altruísmo”, Palhano de Jesus recusa este ganho adicional, justificado por não ter um trabalho forçoso em sua instituição. Além disso, somente reivindicaria esta quantia em casos de extrema necessidade familiar.

A declaração de desistência da verba representa o imaginário que mobiliza esses conselheiros. Com um suposto desinteresse individual, Palhano de Jesus atribui à proteção das florestas um dever para com a família, a pátria e a humanidade. Assim, a natureza é compreendida como o recurso pelo qual se pode alcançar o progresso econômico do país, desde que seja regulada com ordem científica, impessoalidade, defesa da coletividade e da hierarquia burocrática (CONSELHO, 1935, p. 5.108)

A máquina estatal, além de defender o caráter técnico, trazia um marcante indicativo de centralização. Os conselhos eram articulados, hierarquicamente, em três escalas: para além do conselho federal, existiam os estaduais e municipais. Ao longo dos 33 anos analisados do CFF, observamos as tentativas dos seus conselheiros de implantarem instituições filiadas. Os órgãos subordinados ao CFF foram sendo criados em um processo vagaroso que foi duramente criticado pelos seus presidentes. Isso demonstra que essa estrutura burocrática dependia também da correlação entre os conselhos estaduais. Várias foram as unidades federativas que aderiram a esse projeto, a fim de resolver os problemas florestais locais. São eles: Amazonas, Sergipe, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, entre outros.

2 Os valores de gratificação serão modificados ao longo do tempo a partir das alterações dos regimentos internos do conselho.

Conselho Florestal Federal: um parecer de sua configuração institucional (1934-1967)

Filipe Oliveira da Silva

AS ADMINISTRAÇÕES DO CONSELHO

Até agora, analisamos a inserção do órgão dentro da política de nacionalismo econômico de Vargas, bem como os objetivos e a composição institucional do CFF. Partimos, nesse momento, para uma perspectiva diacrônica do conselho, percebendo suas variações no transcorrer do tempo. Delimitamos para dada finalidade, as quatro gestões institucionais do primeiro a presidir, José Mariano Filho, passando por Luciano Pereira da Silva e Antônio da Cunha Bayma, até as últimas administrações de Victor Abdennur Farah.

Nessa trajetória institucional, verificamos como ponto de ruptura central o ano de 1956, quando a entrada do governo Juscelino Kubitschek com seus imperativos desenvolvimentistas tornaram os pareceres técnicos letras mortas e tornou-se mais visível o problema da superposição de aparelhos na política florestal. Progressivamente, o conselho foi expondo suas fraquezas, quer financeiras, quer burocráticas ou ainda jurídicas. Esse enfraquecimento, no entanto, demandou os laços de negociação mais estreitos entre a política florestal e industrial. Conservar as florestas tornou-se, de fato, uma política de suporte ao processo de industrialização. Ou seja, proteger e explorar não eram incompatíveis, mas duas faces de uma mesma moeda.

Arquitetando uma instituição: a presidência de José Mariano Filho (1934-1946)

O CFF, ao ser implantado, supria a carência sentida desde as reformulações do ministério da agricultura de Juarez Távora para um organismo voltado à proteção às florestas. Até 1933, quando foi extinto, a questão se dava no interior do Serviço Florestal, sob a direção de Francisco de Assis Iglésias. Este homem de ciência foi criticado pelo jornalista e arquiteto formado em Medicina na Escola Politécnica do Rio, José Mariano Filho. Afirmava ele que o agrônomo havia sido escolhido pelos seus vínculos de proximidade com o ministro da agricultura Miguel Calmon e não pela sua competência técnica. Acusava-o, além disso, de ter sido autuado por transformar em carvão as florestas de seus próprios terrenos (MARIANO FILHO, 1933, p.12).

Essas desavenças entre Iglésias e Mariano Filho exibiam o caráter de rivalidades intelectuais dentro do campo das políticas públicas em prol do reflorestamento no Brasil. O conflito entre eles perdurou e Iglésias, silenciando quaisquer respostas públicas, cogitou, em correspondência ao agrônomo Luiz Simões Lopes, seu afastamento do cargo. Em carta datada do dia seguinte aos Finados em 1932, Iglésias escrevia a “Luizinho”:

(...) é com dificuldade que estou arcando com a responsabilidade da direção do Serviço Florestal, que tem grandes problemas a resolver.

Conselho Florestal Federal: um parecer de sua configuração institucional (1934-1967)

Filipe Oliveira da Silva

Acho, portanto, meu caro Luizinho, que devo encarar minha carreira de funcionário público, dando oportunidade para a atuação de novos valores.

Entendo - e isto *segundo o método do grande estadista Mussolini* – que ninguém tem o direito de envelhecer nos cargos, principalmente os da direção: é preciso que cada um saiba vencer a sua vaidade pessoal e a ofereça em holocausto ao bem da pátria, permitindo que outros valores mais novos se levantem. (...)

- Sinto que cheguei no ponto da substituição: desejo me aposentar! Uma grande preocupação assaltou-me o espírito: Quem seria o meu sucessor? (*grifos nossos*) (Fundo Luiz Simões Lopes, LSL.1909.08.01)

' Ainda que esta citação seja demasiadamente longa, omiti-la seria inoportuno. Ela possibilita demonstrar que o “método de Mussolini” tinha enraizado no Brasil. Este modelo de Estado centralizador e nacionalista, sem dúvida, foi norteador das ideias do agrônomo que, em 1938 ingressaria ao conselho, após ser revitalizado o Serviço Florestal no mesmo ano e ter cadeira cativa os diretores da repartição entre os conselheiros do CFF. O que sublinhamos, portanto, é que criticando o diretor do Serviço Florestal, Mariano Filho adquiriu grande projeção, a ponto de ser nomeado para presidir a nova e uma das mais importantes instituições das políticas florestais: o CFF.

O arquiteto era visto como um batalhador para a minimização da devastação e defensor dos traços neocoloniais face ao urbanismo. O tom crítico à “modernização por arranha-céus” em detrimento das arborizações era interpretado como um perigo ao que havia de autêntico e genuinamente brasileiro. Além disso, considerava entre os principais problemas paisagísticos do Distrito Federal o crescimento das favelas. Sobre o desflorestamento dos morros e a transformação em habitações precarizadas, Mariano Filho foi enfático:

Estando as florestas nacionais que circundam certos núcleos de urbanização, à mercê, por falta de policiamento adequado, da sanha dos depredadores, é nela que se vão abastecer os habitantes das favelas dos elementos vegetais para a construção de suas habitações e combustível para suas necessidades domésticas. *Os habitantes das favelas são os maiores inimigos das florestas que circundam a cidade* (MARIANO FILHO, 1943).

As palavras do presidente do CFF indica o elitismo e a busca pela responsabilização das comunidades tradicionais pelo dito “problema florestal”. Para contorná-los, portanto, deveriam ser abarcadas estratégias pedagógicas para ensinar estes grupos o “amor às árvores”. Criminalizando os moradores das favelas, caboclos e populações “indígenas”, foram lidas em diversas sessões do conselho durante sua gestão correspondências e telegramas de famílias que

Conselho Florestal Federal: um parecer de sua configuração institucional (1934-1967)

Filipe Oliveira da Silva

denunciavam a substituição das matas pelas residências desses grupos em morros das cidades e florestas do país.

Em carta endereçada ao conselheiro Antônio Cunha Bayma e impressa na *Revista Florestal*, entretanto, vemos nas palavras de Osvaldo Valpassos os principais acusados do problema florestal. Reiterando que morava há pouco menos de um ano no bairro da zona norte carioca, o Grajaú, Valpassos esboça ao seu “caro amigo” que o problema florestal era o “mais importante e urgente” do Brasil. Na extensa carta enviada ao CFF, Valpassos evidencia que a devastação das florestas do local era “assombrosa” e não tinha dúvidas de que eram proporcionados pela proliferação dos barracos que cresciam na cidade como “cogumelos no estercó”. Constatando esta calamidade e assunto “lamentável” das queimadas destes grupos exige como solução a eliminação dos barracos (VALPASSOS, 1946, p.67). Por meio destes discursos, materializa-se um conflito pela posse da terra e que corrobora a tese de E. P. Thompson de que entre lei e a prática existem os costumes populares – desde os festejos de São João às queimadas para cultivo do solo, ambos são vistos como transgressões ao código florestal (THOMPSON, 1998)

Em suma, sobressaltamos como as principais medidas da gestão de Mariano Filho: a) a organização anual das festas das árvores na entrada da primavera no Jardim Botânico do Rio de Janeiro; b) a busca pela conservação das matas ao longo da faixa de estrada entre Rio-Petrópolis; c) a aprovação dos conselheiros na criação de parques nacionais similares aos norte-americanos; d) a campanha para a estruturação de conselhos florestais regionais e municipais, subordinados ao federal; e) o apoio à criação de 27 parques florestais em diversas cidades do país; f) a articulação à medidas de calçamento, arborização e ajardinamento das cidades, valorizando os sítios pitorescos e o estilo neocolonial e, finalmente, g) o combate aos incêndios florestais, advindos do crescimento das favelas e práticas de lançamento e venda de balões.

No ano de 1940, em que foi reeleito Mariano Filho, o CFF editou pela segunda vez, a obra 'Timbós e Rotenona' do conselheiro Adrião Caminha Filho. Esse trabalho foi antecedido por um memorial no qual o presidente defendeu a instalação no Brasil de “estabelecimentos industriais ou laboratório destinados à obtenção de Rotenona”. Esta substância tinha boa recepção entre os técnicos devido ter princípios tóxicos (inseticidas e parasiticidas) que continham as pragas sobre os algodoeiros. Além disso, a rotenona, não causava envenenamento à saúde humana como outros inseticidas utilizados (tais como, arsênico, chumbo, cobre e mercúrio) e inibia a ação de ectoparasitas (pulgas, piolhos, carrapatos, bernes, entre outros) (CAMINHA FILHO, 1940).

Nesta obra, o autor nos traz algumas considerações importantes sobre as discussões econômicas dentro do CFF. Em primeiro lugar, o mais flagrante diz respeito a defesa do

Conselho Florestal Federal: um parecer de sua configuração institucional (1934-1967)

Filipe Oliveira da Silva

nacionalismo econômico. Os adjetivos possessivos exprimem essa intenção de tratar como próprio da nação brasileira a “riqueza vegetal”. Ela deveria ser controlada para impedir o contrabando de espécies para além das fronteiras do território. Recorrente no discurso é a antiga transferência da borracha ao Oriente que resultou em uma concorrência estrangeira e queda de exportações nacionais ainda nos anos iniciais do século XX.

Caminhando nesta vertente nacionalista, temos ainda uma segunda assertiva a considerar: a condenação da política tarifária protecionista dos países estrangeiros, tomada enquanto individualista (o “bastar-se a si mesmo”). Tais medidas conduziam a uma diminuição da importação de produtos brasileiros nos portos internacionais. Como retaliação, Caminha Filho defende que o país acompanhasse o movimento global de protecionismo alfandegário. Tal medida, como se pode ver, acabava por favorecer a industrialização brasileira. Essa proximidade entre economia industrial e o conselho lhe conferiram em 1942 uma inserção no setor de produção agrícola da Coordenação de Mobilização Econômica que era uma das estratégias de planejamento industrial do Estado Novo.

Portanto, a gestão de Mariano Filho, reeleita em 1940, e que prosseguiu até 1946, quando o presidente faleceu, favoreceu a industrialização e representou os interesses do nacionalismo econômico. Nas diversas notas de lamento publicadas em jornais e revistas verificamos a presença de conotações positivas à sua postura enquanto “defensor” das matas nacionais. Desse modo, sua administração foi marcada pelo viés culturalista da paisagem, identificação da natureza como patrimônio nacional e na tentativa de estruturação hierárquica e centralização do conselho.

Os pareceres de um jurista: a gestão de Luciano Pereira da Silva (1946-1953)

Com o falecimento do jornalista foi eleito o consultor jurídico do Ministério da Agricultura Luciano Pereira da Silva. Uma vez que era vice-presidente durante a administração anterior, poucas alterações se verificaram no plano estrutural do conselho. Sua administração continuou os projetos anteriores permanecendo os mesmos conselheiros e atribuições. Um dos principais pontos de influxo em relação à presidência anterior foi a intensificação no combate do lançamento e comercialização de balões e críticas aos moradores das favelas pelo desmatamento, sobretudo na Gávea e Tijuca, zonas sul e norte do Distrito Federal. Para a contenção das infrações, estreitou as relações com o Corpo de Bombeiros e Forças Armadas. Além disso, o conselho sediou a Comissão Nacional de Política Agrária em 1950, que nos remete a profunda interação do problema florestal com as territorialidades pelo uso e controle da terra.

Durante a gestão de Pereira da Silva o conselho se enfraqueceu gradativamente, em

Conselho Florestal Federal: um parecer de sua configuração institucional (1934-1967)

Filipe Oliveira da Silva

contraponto ao projeto desenvolvimentista. Os baixos custos orçamentários destinados ao conselho, a fragilidade de sua atuação sendo apenas órgão consultivo (e não julgador ou executor), a grande dimensão geográfica do território e o elevado número de atribuições eram fatores que inviabilizavam sua atuação de modo mais decisivo. De 1951 a 1953, vale destacar, os jornais indicavam a ausência de reuniões sistemáticas no conselho para elaboração de pareceres.

A árvore como fonte de renda: o mandato de Antônio da Cunha Bayma (1953-1956)

Com aposentadoria de Pereira da Silva em 1953, o conselho foi gerido pelo engenheiro agrônomo Cunha Bayma que se dedicava em seus trabalhos à análise da economia açucareira. Seu nome para presidir o conselho não era trivial. Ele dava continuidade a uma política anterior, visto que era vice-presidente da instituição. Inscrito em uma esfera de valorização da indústria, o conselho teve que ampliar as negociações com diferentes instituições públicas ou privadas para se fazer ouvir.

O presidente e conselheiros visitaram empresas de transporte e siderurgia, sobretudo de capital estrangeiro, que promoviam o reflorestamento. Além disso, inovou as fardas da polícia florestal, integrou à elaboração do I Congresso Florestal Brasileiro, sediado em Curitiba no ano de 1953, aprovou na Carteira de Crédito Agrícola e Industrial que não fossem concedidas verbas a projetos que resultassem em desflorestamento, buscou patrimonializar as propriedades de Henrique Lage no Rio de Janeiro e ainda se ventilou por meio do botânico Luís Emygdio de Mello Filho a redução do imposto territorial sobre as áreas florestais. Observa-se com estas medidas que o conselho atribuía-se neste momento de funções prioritariamente econômicas que, embora houvesse ações culturais e educacionais, o foco central baseava-se no reflorestamento como fonte de rendimento e manutenção do impulso industrialista.

Agrarismo e abertura internacional: as reeleições de Victor Abdennur Farah (1956-1967)

Com a ascensão de Juscelino Kubitschek ao governo da República, os conselheiros anteriores foram exonerados e ocorreu uma grande reestruturação no conselho. As instituições que passaram a ser representadas foram: a consultoria jurídica do Ministério da Agricultura, o Instituto Nacional do Pinho, a Seção de Defesa da Repartição Federal, o Conselho de Segurança Nacional, a Divisão das Águas do Ministério da Agricultura, o Ministério da Viação e Obras públicas, o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, a Confederação de Indústria, Comércio e Lavoura, o diretor do Serviço Florestal e mais 4 membros técnicos especializados em

Conselho Florestal Federal: um parecer de sua configuração institucional (1934-1967)

Filipe Oliveira da Silva

silvicultura. O maior número de representações institucionais pluralizava os agentes interessados nesta questão tratada como estratégica ao desenvolvimento nacional. (Fundo Bertha Lutz, BR MN BL.0.CFF.3)

Desde 1956, Victor Abdennur Farah e Renato Domingues da Silva, presidente e vice, respectivamente, comandaram o conselho, sendo reeleitos em 1958, 1960, 1962 e 1964. A instituição permanecia com empecilhos para sua atuação, especialmente o fato de ser apenas um órgão de consultas técnicas, mas isso não impediu sua efetividade em muitos momentos que contrariavam interesses mais amplos de grupos, tais como a empresa imobiliária Rcha Miranda.

Farah opôs-se à política rodoviária, considerando que os loteamentos conduziam a uma devastação sem retorno. Além disso, questionava-se a legislação florestal e o papel limitado do conselho na fiscalização dos incêndios florestais. Por essa razão, estiveram os conselheiros inseridos na reformulação do código florestal em 1965, formularam um “Atlas Florestal do Brasil” em 1964 e publicado dois anos depois; desenvolveram premiações, medalhas ou concursos, tais como “Alberto José de Sampaio”, “José Bonifácio – o Patriarca”, “Manuel Gomes Archer” para trabalhos que enfatizassem a questão florestal; apoiaram o projeto de reforma agrária de 1963; bem como promoveram a criação de Parques Nacionais da Tijuca, da Serra do Cipó e crítica ao abandono do Parque Nacional de Paulo Afonso.

Outro ponto importante do conselho durante esta última gestão se deve ao intercâmbio de cientistas estrangeiros. Ventilado desde a gestão de Cunha Bayma, Farah defendeu a filiação do Brasil à União Internacional de Proteção à Natureza (UIPN, sediada em Bruxelas e fundada em 1947), propiciou palestras de representantes da Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas para América Latina, tal como René Gachot e cursos de técnicos florestais franceses com André Aubreville em 1957. Dez anos depois, com os seus pareceres sendo transgredidos pela Prefeitura do Rio de Janeiro, bem como a superposição de funções entre o Instituto Nacional do Pinho e Serviço Florestal, o conselho foi extinto para a criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal.

ÚLTIMOS PARECERES

À guisa de conclusão, evidenciamos, neste trabalho, a agência do Conselho Florestal Federal na arquitetura estatal. Como percebemos, foi um órgão criado em 1934 como produto da expansão burocrática do Estado Vargasista, que buscou nacionalizar os recursos naturais e

Conselho Florestal Federal: um parecer de sua configuração institucional (1934-1967)

Filipe Oliveira da Silva

regulamentá-los a fim de possibilitar o desenvolvimento econômico e industrial do país. Em seu interior, o CFF correspondeu a uma arena que negociava interesses de madeireiros, agrários, industriais e cientistas. Ou seja, distintas representações acerca do ambiente natural que variavam da patrimonialização do objeto científico à exploração racional para obtenção de lucros.

Da sucessão de Pereira da Silva às administrações de Victor Abdennur Farah identificamos um declínio e enfraquecimento institucional. Isso foi resultado da superposição de instituições na política florestal, a transgressão por órgãos superiores de seus pareceres e licenciamentos, a limitação pela natureza consultiva da instituição e não executiva, os baixos investimentos financeiros, a intensa rotatividade do quadro de conselheiros e, principalmente, a instabilidade político-administrativa, sobretudo, após a implantação da ditadura civil-militar em 1964, golpe apoiado pelos conselheiros na esperança de tranquilidade política e “descomunização do país” (DOU, junho de 1964).

Neste cenário de negociação entre desenvolvimentismo e proteção à natureza as principais ações da instituição eram a criação de Parques Nacionais, a elaboração de festividades das árvores e premiações àqueles que colaboraram com a prática de reflorestamento, além da organização de obras técnicas. Se pudessemos indicar um marco de grande ruptura, apontaríamos o ano de 1956, data da entrada de JK ao poder político e da profunda reformulação dos quadros institucionais e dos agentes intelectuais do conselho. Gradualmente, tornou-se um aparelho que sustentava a lógica desenvolvimentista, evitando o colapso dos recursos naturais, fontes indispensáveis ao crescimento industrial. Assim, voltando a epígrafe que iniciou nosso texto, exploração e proteção estavam no conselho longes de serem incompatíveis, mas plenamente conciliáveis.

FONTES PRIMÁRIAS

Diário Oficial da União (Biblioteca do Ministério da Fazenda e via digital)

Fundo Luiz Simões Lopes (CPDoc/FGV);

Fundo Bertha Lutz (SEMEAR/MN)

REFERÊNCIAS

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro César Dutra.(Orgs.). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Unesp, 2012.

BRASIL, *Decreto-lei 23.793 de 23 de Janeiro de 1934*. Aprova o código florestal e com este baixa.

Conselho Florestal Federal: um parecer de sua configuração institucional
(1934-1967)

Filipe Oliveira da Silva

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d23793.htm>
Acesso em: 03.08.2015.

BRASIL, Decreto-lei 1855 de 9 de Dezembro de 1939. Dispõe sobre a gratificação aos membros do Conselho Florestal Federal e a função gratificada de secretário do mesmo Conselho. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1855-9-dezembro-1939-411821-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso: 03.08.2015.

CAMINHA FILHO, Adrião. *Timbós e Rotenona: uma riqueza nacional inexplorada*. 2ª ed. Rio de Janeiro; Serviço de Informação Agrícola, Ministério da Agricultura, 1940.

CONSELHO Florestal Federal: Sessão realizada em 22 de Fevereiro de 1935. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 19 de Março de 1935, p.5.108.

D'ALESSANDRO, Eugênio. Trinta e cinco anos de divagações florestais. *Brasil Madeireiro*, ano II, n.22, abril de 1947, p.39.

DUARTE, Regina Horta. *A Biologia militante: o Museu Nacional e a especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil – 1926-1945*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

FRANCO, José Luiz; DRUMMOND, José Augusto. *Proteção à Natureza e Identidade Nacional no Brasil, anos 1920-1940*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

MARIANO FILHO. *Debates sobre estética e urbanismo*. Rio de Janeiro: Mendes Jr, 1943.

NOMEADOS os membros do Conselho Florestal Federal. *Correio da Manhã*, 13/03/1934, p.3

PEREIRA, Osny Duarte. *O direito florestal brasileiro (ensaios)*. Rio de Janeiro; Borsoi, 1950.

SALES, Apolônio. *O ministério da agricultura no governo Getúlio Vargas (1930-1944)*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação, 1945.

SOUTO, Luís Rafael; LÖFGREN, Alberto; PORTO, Hannibal. *O corte das matas e a exportação de*

Conselho Florestal Federal: um parecer de sua configuração institucional
(1934-1967)

Filipe Oliveira da Silva

madeiras brasileiras. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1917.

THOMPSON, E.P. *Costumes em comum*: Estudos sobre cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

APÊNDICE – MAPEAMENTO INTELECTUAL DO CFF

Nome do Intelectual	Ocupação	Período de atuação no conselho	Posição social ocupada
Abelardo Arruda de Brito	Médico e professor	1935-1955	Conselheiro
Adrião Caminha Filho	Funcionário público da Prefeitura	1934-1956	Conselheiro
Alberto José de Sampaio	Botânico	1934-1942	Conselheiro
Alceo Magnanini	Engenheiro agrônomo	1956-1967	Conselheiro
Alexandre de Araújo Góes	Funcionário público	1934-1950	Secretário
Alfeu Domingues	Engenheiro agrônomo	1942-1943	Conselheiro
Álvaro Borgerth Teixeira	Advogado	1963-1967	Conselheiro
Antenor da Fonseca Rangel Filho	Engenheiro civil	1956-1963	Conselheiro
Antenor Leitão de Carvalho	Zoólogo	1959-1967	Conselheiro
Antônio Augusto de Lima	Literário e advogado	-	Falecimento antes da posse
Antônio da Cunha Bayma	Engenheiro agrônomo	1937-1956	Conselheiro e presidente de 1952-1956.
Antônio Gonçalves de Oliveira	Advogado	1956	Conselheiro
Auto Célio Motta	Assessor técnico	1954	Secretário
Bertha Maria Júlia Lutz	Botânica e zoóloga	1956-1967	Conselheira
Carlos Toledo Rizzini	Médico e botânico	1963-1967	Conselheiro
Carlos Vianna Freire	Naturalista	1942-1943	Conselheiro
Dael Pires Lima	Engenheiro agrônomo	1956	Conselheiro

Conselho Florestal Federal: um parecer de sua configuração institucional
(1934-1967)

Filipe Oliveira da Silva

Dário Tavares Gonçalves	Engenheiro agrônomo	1962(?) - 1967	Conselheiro
David de Azambuja	Engenheiro agrônomo	1956-1958 (?)	Conselheiro
Edmundo Navarro de Andrade	Engenheiro agrônomo	1934-1936	Conselheiro
Ephygenia Carmen de Oliveira	Datilógrafa	1956-1967	Secretária
Fernando Romano Milanez	Engenheiro agrônomo	1956-1960	Conselheiro
Francisco Alípio Bruno Lobo	Médico e professor	1946-1956	Conselheiro
Francisco Carlos Oliveira	Engenheiro civil	1956-1957	Conselheiro
Francisco de Assis Iglésias	Engenheiro agrônomo	1939-1942	Conselheiro
Gérson Pompeu Pinheiro	Desenhista	1956-1959	Conselheiro
Grijalva Rodrigues Fernandes	Técnica de Experimentação agrícola	1956-1967	Secretária
Harold Edgard Strang	Engenheiro agrônomo	1942-1960	Conselheiro
Heitor O'Dwer	Engenheiro agrônomo	1962-1967	Conselheiro
Henrique Pimenta Velloso	Engenheiro agrônomo	1962-1967	Conselheiro
Hilton Alegria Neves	Engenheiro agrônomo	1954-1956	Secretário
Humberto Gotuzzo	Engenheiro agrônomo	1935-1956	Conselheiro
João Augusto Falcão de Almeida e Silva	Engenheiro agrônomo	1943-1956	Conselheiro
Joaquim Inácio Almeida Falcão	Engenheiro agrônomo	1954-1956	Conselheiro
José Mariano Filho	Jornalista, arquiteto e médico	1934-1946	Presidente de 1934-1946
J. Haroldo Pereira Travassos	Engenheiro agrônomo	1955-1956	Conselheiro
José Correa Gomes Júnior	Naturalista	1960-1963	Conselheiro
José Palhano de Jesus	Engenheiro agrônomo	1934-1956	Conselheiro
José Rodrigues Machado	Engenheiro	1956	Conselheiro

Conselho Florestal Federal: um parecer de sua configuração institucional
(1934-1967)

Filipe Oliveira da Silva

	agrônomo		
Levi Fernandes Carneiro	Jurista	1934-1936	Conselheiro
Luciano Pereira da Silva	Jurista	1934-1953	Conselheiro e presidente de 1946-1952
Luiz Emydgio de Mello Filho	Botânico	1943-1956	Conselheiro
Mariano Sepúlveda da Cunha	Engenheiro civil	1959-1962	Conselheiro
Mileto Álvares de Souza Coutinho	Engenheiro agrônomo	1934-1956	Conselheiro
Octávio Guinle	Empresário criador do Copacabana Palace	1934-1937	Conselheiro
Paulo Acioly de Sá	Engenheiro civil	-	Recusa do convite
Paulo Campos Porto	Botânico	1934-1938	Conselheiro
Paulo Ferreira de Souza	Engenheiro agrônomo	1934-1954	Conselheiro
Raimundo Pimentel Gomes	Engenheiro agrônomo	1946-1950	Conselheiro
Renato Domingues da Silva	Engenheiro agrônomo	1956-1967	Conselheiro e vice-presidente de 1956-1967
Ruy Maurício de Lima e Silva	Naturalista e professor	1934-1935 e 1936-1958	Conselheiro
Vitor Abdennur Farah	Engenheiro agrônomo	1956-1967	Presidente de 1956-1967
Wanderbilt Duarte de Barros	Engenheiro agrônomo	1957-1967	Conselheiro